

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Polêmica à vista](#) 2

Folha de S. Paulo

[Título: Governo busca atrair investimentos para novas refinarias no país](#) 12

Valor Econômico

[Título: Agenda pós-Previdência de Temer deve manter Maia em evidência](#) 14

[Título: União deve transferir passivos de distribuidoras para Eletrobras](#) 16

[Título: Incerteza jurídica é maior risco que eleição](#) 20

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Polêmica à vista 2

Título: Ibama acusa Petrobras de fraude ambiental 5

Título: ‘Sempre trabalhamos dentro das opções de análises aprovadas’ 8

Título: Notas 10

Título: Nota 10

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 11

Título: EUA avaliam sanção a petróleo chavista 11

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 12

Título: Governo busca atrair investimentos para novas refinarias no país 12

VEÍCULO: Valor Econômico 14

Título: Agenda pós-Previdência de Temer deve manter Maia em evidência 14

Título: Boicote ao petróleo 16

Título: União deve transferir passivos de distribuidoras para Eletrobras.....	16
Título: Mudança nas regras pode afastar ISA Cteep de novos investimentos.....	18
Título: Incerteza jurídica é maior risco que eleição	20
Título: Destaques	21
Título: Total Lubrificantes passa a disputar o mercado marítimo	21

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Cleide Carvalho e João Sorima Neto

Título: Polêmica à vista

Decisão do TCU abre caminho para retomada de grandes hidrelétricas na Amazônia.

A construção de hidrelétricas de grande porte voltará a ser discutida pelo governo federal. Com as grandes empreiteiras flagradas na Lava- Jato e a resistência imposta pelos órgãos de defesa ambiental, a última grande licitação do setor ocorreu em 2013. Agora, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), até dezembro, o Executivo terá de dar posição definitiva sobre cinco grandes projetos paralisados na região Amazônica, para garantir a viabilidade de sua execução futura. Juntos, eles têm potencial de geração de 17.508 MW — quase quatro vezes a energia assegurada pela usina hidrelétrica de Belo Monte. Até março, a Casa Civil deve reunir os **ministérios de Minas e Energia (MME)** e do Meio Ambiente para que cheguem a um consenso em torno das avaliações necessárias para decidir o que de fato precisa ser preservado, do ponto de vista de terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação, além de equacionar questões econômicas, ambientais e sociais.

— A ideia é que todas as informações de um projeto de grande hidrelétrica sejam transparentes e que sejam criadas ferramentas para que a decisão seja de governo, amparada pelo Conselho Nacional de Política Energética. A Casa Civil é que vai articular o estudo capaz de dizer se um projeto é viável ou não. Não o órgão ambiental — diz Manoel Moreira, secretário de Fiscalização de

Infraestrutura de Energia Elétrica, do TCU. No topo da lista de projetos a serem revistos está o da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no Rio Tapajós, no Pará, cujo licenciamento foi arquivado pelo Ibama em agosto de 2016. A segunda na fila é a hidrelétrica de Marabá, no Rio Tocantins, cuja viabilidade já foi aceita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), seguida pelas usinas de Jatobá, no Rio Tapajós (PA); São Simão Alto e Salto Augusto Baixo, ambas no Rio Juruena, entre os estados de Mato Grosso e Amazonas, que estão em fase de estudos.

ENXURRADA DE AÇÕES JUDICIAIS

As últimas grandes obras de hidrelétricas sofreram enxurradas de ações judiciais exatamente por problemas de impacto no meio ambiente ou em comunidades indígenas. Uma delas é Belo Monte que enfrentou pelo menos 25 ações relacionadas a questões que vão desde falta de avaliação do impacto ambiental na Bacia do Rio Xingu até a indenização a povos ribeirinhos. Outra que tem problemas na Justiça é a Hidrelétrica São Manoel, última grande usina a ser licitada no país, no Rio Teles Pires, entre o Mato Grosso e o Pará. Apesar de todas as licenças ambientais concedidas, a usina é alvo de três ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Federal, que reclama ausência de estudos de impacto em unidades de conservação e não cumprimento de condicionantes relacionados a áreas indígenas. Mesmo assim, São Manoel iniciou a operação em dezembro passado, cinco meses antes do previsto. Segundo Moreira, as autoridades capazes de avaliar os projetos do setor elétrico não se prepararam para enfrentar os questionamentos dos diversos órgãos de defesa ambiental e das centenas de ONGs que se organizaram país afora. O resultado, explica ele, é que, mesmo com o aval do Estado, novos projetos não conseguem sair do papel:

— Hoje em dia, o Brasil não consegue fazer nem usina a fio d'água, praticamente sem reservatório. A insegurança para os empreendedores é muito alta. O acórdão do TCU, publicado em dezembro passado, pode causar uma reviravolta a médio prazo. O governo já deixou grandes hidrelétricas fora do radar. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao MME, retirou qualquer projeto de nova hidrelétrica no Plano Decenal de Expansão de Energia que vai até 2026. O fato é que nenhuma usina foi licitada ou teria condições de ficar pronta neste período. No início do ano, o presidente da EPE, Luiz Augusto Barroso, disse ao GLOBO que o órgão deu um passo atrás para estruturar o processo das grandes hidrelétricas e que estava estudando para ver se todos os projetos são certos. Já o secretário executivo do MME, Paulo Pedrosa, foi mais cauteloso. Disse que é preciso respeitar a visão da sociedade e que o ministério não está disposto a “fazer movimentos que mascarem os custos e os riscos”. O MME já anunciou que não pretende brigar pelo projeto de construir a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no Pará. Procurada, a Casa Civil afirmou que

o primeiro dos prazos dados pelo TCU vence em março. “As recomendações do TCU estão em análise. Ainda não há como antecipar conclusões”, afirmou. O Ministério das Minas e Energia informou que fez uma primeira reunião com a EPE para começar a discutir um projeto dentro do pedido pelo TCU.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama é que deveria se pronunciar sobre a questão. Enquanto o Ibama disse ter enviado, em dezembro, ao TCU um documento que trata da articulação sobre empreendimentos hidrelétricos. O TCU determinou auditoria no Ibama e na Funai para verificar sua atuação no arquivamento do projeto da usina de São Luís de Tapajós. Os dois órgãos informaram não terem conhecimento da fiscalização. O MME já anunciou que não pretende brigar pelo projeto. Moreira ressalta que a EPE registra, no Plano Decenal 2017-2026, que as hidrelétricas são ainda importantes para ampliação da oferta de energia e que o potencial a ser usado está na região Norte. “O cenário considerando restrição total dessa oferta sinaliza que outras fontes de energia de base se farão necessárias. No caso apresentado, o carvão mineral se mostrou como a opção alternativa mais competitiva. Por outro lado, houve um aumento significativo na emissão de gases causadores do efeito estufa.

O trade-off (conflito de escolha) entre a segurança operativa, as restrições socioambientais para construção de novas hidrelétricas e a as emissões de gases é um assunto que precisa ser debatido pela sociedade”, diz o documento O acórdão do TCU é taxativo: “(..) não é razoável que os interesses dos povos tradicionais prevaleçam, a qualquer custo, sobre os da coletividade”. Dados do acórdão mostram que o ICMBio estuda, hoje, 162 propostas para a criação de novas unidades de conservação consideradas prioritárias apenas de âmbito federal — o país tem 960. A Funai, por sua vez, informou ao Tribunal contar com 477 registros de reivindicações fundiárias certificadas pela fundação, mas apenas 139 (aproximadamente 5%) tiveram as respectivas áreas reconhecidas pelo Incra, restando ainda um total de 2.786 comunidades pendentes. — As comunidades indígenas não têm soberania sobre o seu território, e sim prerrogativa de uso. Em última instância, quem tem de decidir o que é possível ser feito em terras indígenas é o Congresso Nacional, que representa a sociedade — diz Moreira.

ONG CRITICA DOCUMENTO

Para o diretor do Instituto Acende Brasil, Alexandre Uhlig, as determinações feitas na auditoria do TCU trazem transparência e previsibilidade para a questão relacionada aos empreendimentos de energia no país. Ele observa que não existe obra desse setor que não traga impacto ambiental: — Há uma série de vantagens e desvantagens em cada um desses empreendimentos, seja ele hidrelétrico, eólico, solar. Mas todos têm impacto ambiental. Por isso, as características de cada um devem ser reconhecidas e que isso seja suficiente

para discutir com a sociedade. O que não dá para acontecer é aprovar o empreendimento, e depois transformá-lo numa corrida de obstáculos. Isso atrapalha o planejamento energético do país. O Brasil, lembra, tem um potencial de geração de energia hidrelétrica de 250 MW. Desse total, 100 MW já estão sendo explorados. Outros 100 MW estão imobilizados em áreas indígenas ou de conservação. Sobram 50 MW, e “nenhum país do mundo” abriria mão desse potencial. A previsibilidade, diz Uhlig, é essencial para atrair o investimento estrangeiro para este segmento de infraestrutura. O governo, por meio da Eletrobras, não deve mais participar da construção de grandes hidrelétricas, já que a estatal está na pauta de privatizações.

Por isso, caberá à iniciativa privada a tarefa de construir essas usinas, com investidores privados. Para ele, o momento é oportuno para que se discutam esses problemas, já que a economia está num período de baixo crescimento, assim como o consumo de energia. Para Danicley Aguiar, representante do Greenpace na Região Amazônica, a análise do TCU é positiva porque levanta os problemas de licenciar hidrelétricas na área, mas é descontextualizada do momento atual, de busca por novas fontes de energia. Pela análise do TCU, diz ele, parece que o Brasil tem como única opção a energia hidrelétrica: — Há uma revolução de energia eólica no Nordeste. Há uma queda substantiva do custo dessa energia a partir do vento e do solar. Mas isso não foi contemplado pelo TCU. Se o TCU quer entrar na discussão, é preciso ter uma visão mais abrangente. É possível diversificar as fontes de energia no país e abrir mão das hidrelétricas na Amazônia. A proposta do TCU é criar um sistema de Avaliação Ambiental Estratégica, que avalie o impacto em comunidades tradicionais e no meio ambiente, mas que também considere outros usos dos recursos hídricos e ocupação do solo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Bela Megale e Aguirre Talento

Título: Ibama acusa Petrobras de fraude ambiental

Relatório diz que teor de óleo e graxa jogado no oceano é até 1.925% superior ao informado.

Relatórios técnicos do Ibama e da Polícia Federal afirmam que a Petrobras forneceu dados falsos para a análise de contaminação de águas, fraudando o real impacto ambiental provocado por sua atividade de exploração marítima de petróleo, as chamadas operações offshore.

De acordo com o parecer técnico 43/2017 do Ibama, obtido com exclusividade pelo GLOBO por meio da Lei de Acesso à Informação, a empresa subavalia a

quantidade de óleos e graxas despejados no oceano por plataformas como a P-51, localizada na bacia de Campos, no Norte do litoral fluminense.

“A totalidade dos resultados reais apresentou valores bem acima do limite máximo diário permitido, chegando o resultado real a ser 1.925% maior do que o resultado falso informado”, diz o relatório, de junho de 2017. Essas informações foram levantadas durante a operação Ouro Negro, deflagrada pelo Ministério Público do Trabalho no início daquele ano, cujo objetivo era detectar irregularidades nas condições de trabalho.

Hoje, elas são alvo de uma investigação em andamento no Ministério Público Federal, no Rio de Janeiro, conduzida pela procuradora Solange Maria Braga, com foco nas irregularidades ambientais. Ainda não houve apresentação de acusação formal, neste caso, a denúncia.

Questionada pela reportagem, a Petrobras informou que usa o mesmo método de medição do teor de óleo e graxa (TOG) na água produzida desde 1986, sempre cancelado pelo órgão ambiental, e que o Ibama mudou seu entendimento sobre como as análises devem ser feitas apenas em 2015. A estatal, ademais, negocia há seis meses um termo de compromisso com o órgão para se adequar às novas regras.

O documento tem previsão de assinatura para as próximas semanas e envolverá não só a P-51, mas cerca de 30 plataformas da Bacia de Campos. Com isso, o Ibama planeja regularizar a situação em toda a região em uma média de três anos.

No mesmo documento, o Ibama aponta que a grande quantidade do óleo que não aparece “nos valores sub-informados” pela petroleira está causando “inúmeros episódios de manchas de óleo no mar para ampla gama de plataformas que chegam a atingir dezenas de quilômetros”. Uma imagem de satélite que ilustra o relatório mostra que só a zona contaminada pela P-51 alcança 33,3 quilômetros, quase três vezes a Ponte Rio- Niterói.

A legislação brasileira permite que haja uma área de até 500 metros a partir do ponto de descarte. Os números da plataforma estão 67 vezes acima do valor autorizado pelos órgãos ambientais. Essa zona está contaminada pela chamada água produzida — a água que vem com o petróleo quando ele é extraído do mar e que volta a ser jogada no oceano depois de passar por tratamento.

Estudos mostram que ela é um dos poluentes mais significativo da indústria petrolífera, por ser descartada em grande quantidade ainda com produtos como óleo e graxa. Os resultados “falsos ou enganosos” apresentados pela petroleira pelo menos desde 2008, segundo o relatório, decorrem da utilização

“de procedimento analítico interno tendencioso e impróprio em seu laboratório, abrangendo ampla gama de plataformas”.

Esse método usa entre seus componentes, como uma espécie de filtro, a sílicagel, que retira parte dos óleos e graxas do material, fornecendo assim um resultado inferior ao real. O Ibama aponta que, como a cifra é falsa, ela está em desacordo com a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão que estabelece o padrão de concentração de poluentes que pode existir na água descartada nos oceanos.

METODOLOGIA INADEQUADA

O Conama definiu que a média mensal do teor de óleo e gás contido na água despejada diariamente no oceano não pode superar 29mg por litro. O limite máximo diário é maior, de 42mg, desde que a média mensal não ultrapasse o número definido pelo órgão.

As perícias encontraram valores despejados pela Petrobras de até 178mg por litro, que foi 509% maior do que o informado pela análise da empresa. No caso mais discrepante, a Petrobras informou um teor de 8mg por litro, e a perícia encontrou 154mg por litro — uma diferença de 1.925%. As análises foram feitas nos despejos da plataforma P-51 realizados em dezembro de 2016.

No parecer, o Ibama destaca a análise de laboratório feita por um perito da Polícia Federal que constata que o método usado pela petroleira “fornece um resultado inferior ao real conteúdo de óleos e graxas”. O perito afirma que o problema acontece porque o resultado final da análise da Petrobras não considera a quantidade de óleos e graxas que são retidos na sílica sílicagel.

O órgão também consultou a EPA, a agência ambiental dos Estados Unidos, que regula naquele país os parâmetros de contaminação admitidos e métodos de análise. A resposta, anexada ao parecer, também diz que Petrobras usa uma metodologia inadequada.

Há ainda registros recorrentes de animais contaminados com óleo na Bacia de Campos, onde estão a P-51 e outras plataformas. Na avaliação do Ibama, esses poluentes são provenientes da grande quantidade de água produzida que vem sendo despejada pela estatal.

“A maior parte dos animais contaminados com óleo proveniente de campos da Petrobras foi encontrada em períodos em que não houve relatos de incidente de vazamento por parte da empresa, o que leva a crer que a carga contaminante de óleo provenha de água de produção descartada, fato que demonstra a gravidade dos dados falsos de TOG informados pela empresa,

mascarando dados reais elevados, impactando inclusive espécies ameaçadas de extinção”.

As irregularidades identificadas no âmbito da Operação Ouro Negro resultaram em cinco autos de infração aplicados pelo Ibama à Petrobras em um valor total de aproximadamente R\$ 15,5 milhões. A petroleira recorreu em quatro deles. No mais alto, porém, de R\$ 14,2 milhões, a empresa não apresentou recurso e não há registros de pagamento junto ao Ibama.

“A partir da constatação de manchas de óleo no mar, o Instituto iniciou investigação técnica e verificou que a Petrobras estava adotando o método SM5520F na P-51. A autarquia entende que o método a ser adotado nas plataformas é o SM5520B” (que não usa sílica-gel).

O Ibama afirmou que está discutindo com a Petrobras um termo de compromisso com aperfeiçoamentos no sistema de água de produção de um conjunto de plataformas na Bacia de Campos.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor:

Título: ‘Sempre trabalhamos dentro das opções de análises aprovadas’

Corpo a corpo : SOLANGE DA SILVA GUEDES

Diretora de Exploração e Produção da estatal diz que fará transição do método de avaliação de poluentes utilizado hoje para o apontado pelo Ibama, mais rigoroso

Há alguma mudança na legislação ambiental que obriga a empresa a mudar seu método de analisar o teor de óleo e graxa na água que devolve para o oceano?

Não houve nenhuma mudança na legislação, mas há uma discussão sobre o método. Pela lei, podemos fazer do jeito A ou B. O Ibama quer que a gente faça do jeito B, e concordo que isso é uma evolução natural do processo da condução das questões ambientais no Brasil.

A Petrobras fornece dados falsos de contaminação da água que despeja no mar?

Discordamos de uma forma muito forte de diversos termos apontados nesse relatório. Discordamos que haveria uma ação de falta de transparência da Petrobras. Não é essa a natureza da companhia. Trabalhamos de forma muito colaborativa com os órgãos de controle. Entendemos que nós, como companhia

brasileira, somos a primeira a querer que haja evolução e temos compromisso com isso.

Quando a Petrobras passou a ser cobrada a adotar um novo método de análise?

Historicamente, a Petrobras faz as análises por um determinado critério. A partir de 2015, o Ibama passou a discutir conosco um método mais rigoroso, mais detalhado, para evoluirmos. Recentemente, concordamos que talvez fosse bom para a indústria de uma forma geral que a Petrobras migre para essa outra forma de análise.

Como está o termo de compromisso em negociação com o Ibama?

Há um acordo de assinarmos esse termo de compromisso em que estabeleceremos quando e como fazer (a mudança do método de análise) para realizar uma transição suave entre a forma como está hoje, que é totalmente licenciada e reconhecida pelo Ibama, e a que será adotada. Nossa expectativa é que o documento seja assinado nas próximas semanas.

A Petrobras teve uma postura reativa em relação à mudança do método?

Obviamente, temos muitos técnicos qualificados no nosso centro de pesquisa, que, num primeiro momento, discutiram com o Ibama pontos de vista de como migrar. Talvez isso tenha sido percebido como uma resistência, mas decididamente não foi.

A Petrobras reconhece que o método que usa traz resultados falsos?

Sempre trabalhamos dentro das opções de análises aprovadas pelo Conama. A gente trabalhou historicamente com o método F (que usa filtro adicional de sílica-gel). O Ibama argumenta que a gente poderia migrar para o B (uma única filtração) e acordamos.

O relatório diz que a empresa apresentou resultado de teor de óleo e graxa 1.925% menor do que o real.

Uma diferença dessa magnitude não está nos padrões com que operamos no dia a dia. Esse dado foi obtido porque o Ibama comparou nossa metodologia a outra que nem é prevista pelo Conama e nem é a que eles querem que a gente use.

A Petrobras tem algum número que mostra qual é a diferença hoje?

Não temos. Estamos em período de transição. A partir do momento em que a gente assinar o termo de compromisso com o Ibama, mediremos o teor de óleo e graxa nos dois métodos e comunicaremos ao órgão.

Uma imagem da plataforma P-51 aponta uma zona de contaminação de mais de 33 quilômetros. Qual a explicação para isso?

Essa água tem uma espécie de luminescência, é uma característica que pode estar mais presente num campo de petróleo do que em outros. É importante distinguir isso de um derrame de petróleo no mar.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Dedo na tomada

Veja como a preferência nacional é trabalhar para o governo. O paulista Wilson Ferreira Jr., 57 anos, presidente da Eletrobras, queria fazer uma pesquisa junto aos quase 900 empregados da holding para saber a opinião da turma sobre a privatização da empresa. Foi aconselhado por uma diligente assessora a desistir da enquete. É que lá todo mundo é contra.

Por falar...

O Sintergia-RJ, dos trabalhadores de empresas de energia, ingressou, sexta, com ação contra a Eletrobras. Pede o cancelamento da venda das seis distribuidoras deficitárias. Segundo a ação, há “risco de grande prejuízo ao erário porque a estatal assumiria cerca de R\$ 11 bilhões em dívidas dessas companhias”.

Caiu na Lava-Jato

A Elfe Operação e Manutenção S/A não poderá participar da licitação da Petrobras para a realização de serviços de instalações de redes elétricas no Rio Grande do Norte. A decisão é do desembargador Luiz Ayoub. É que a Elfe faz parte da empresa Hope Recursos Humanos, investigada pela Lava-Jato.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: George Vidor

Título: Nota

Carochinha

Tem muito conto da carochinha nessa história de que nada é bom na construção naval no Brasil e tudo é bom lá fora. Os estaleiros coreanos, apontados como o suprasumo do setor, estão com a corda no pescoço, e vivem de uma grande encomenda de 200 navios feita pelo governo, que ajuda também com créditos. Somente as peças de um navio que a China vende por US\$ 27 milhões, custam, na Coreia, US\$ 24 milhões. Se a esse valor forem somadas as despesas de montagem, lucro etc., não é possível ficar nos US\$ 27 milhões. A China faz milagre? Há muita coisa esquisita nesse jogo. Em vez de ficar se lamentando, para partir para briga, os estaleiros brasileiros precisarão mesmo fazer das tripas coração. O EAS, de Pernambuco, é um bom exemplo. Os primeiros navios que construiu custaram o dobro do valor de venda. O primeiro foi lançado ao mar precipitadamente, quando o espírito de Antonio Conselheiro baixou no nosso então presidente, e teve de voltar para a carreira. Nesse leva e traz ficou torto.

O segundo foi o mais caro de todos, com enorme prejuízo para o estaleiro. No nono, as contas se equilibraram, e os cinco que estão em construção (e serão entregues a cada 90 dias, daqui para frente) já dão lucro. O estaleiro faz hoje um navio com um total de 1,8 milhão de horas trabalhadas no lugar de 6 milhões iniciais. Pode entregar um navio em 14 meses. Emprega 2.600 pessoas diretamente (chegou a ter 11 mil no canteiro, com 60% das pessoas vindo de fora da região). Cerca de 90% dos empregados são de Ipojuca ou de municípios próximos. A meta é reduzir o número de horas trabalhadas para 1,4 milhão por navio. Mas, para isso, será necessária uma robotização tipo Coreia. O EAS quer aproveitar as novas regras de conteúdo nacional, estabelecidas para a indústria do petróleo, e produzir 40% dos cascos de futuras plataformas do tipo FPSO. E ainda participar da licitação de navios de duplo posicionamento, embarcações que se aproximam das plataformas para retirar petróleo extraído das profundezas

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional

Autor:

Título: EUA avaliam sanção a petróleo chavista

Na Argentina, Tillerson debate crise e diz que embargo ao principal produto venezuelano pode pressionar Caracas a realizar eleições livres

BARILOCHE, ARGENTINA

O secretário de Estado americano, Rex Tillerson, disse ontem durante visita à Argentina que Washington estuda implementar sanções contra a produção de petróleo da Venezuela, para pressionar o governo de Nicolás Maduro a realizar eleições livres no país. Em Caracas, o líder chavista cobrou a Justiça do país para acelerar o processo eleitoral, antecipado para o primeiro trimestre. "Não fazer nada (contra o governo de Maduro) é permitir que o povo venezuelano continue sofrendo", declarou Tillerson ao defender as sanções, após reunião com o chanceler argentino, Jorge Faurie.

O chefe da diplomacia americana realiza seu primeiro tour pela América Latina, que já o levou ao México. Hoje, ele deverá se encontrar com o presidente argentino, Mauricio Macri, em Buenos Aires. Na reunião com Faurie, que ocorreu em Bariloche, na Patagônia argentina, Tillerson disse estar preocupado com a crise humanitária venezuelana e pediu a realização de eleições livres e justas no país. "A posição da Argentina é absolutamente clara. Não estamos reconhecendo o processo político e o desvio ao autoritarismo da Venezuela", disse o chanceler argentino.

As últimas punições contra o chavismo foram impostas em 2017 e impedem transações financeiras de bancos americanos com empresas venezuelanas. As medidas prejudicaram seriamente a capacidade da Venezuela de pagar sua dívida externa e agravaram a crise econômica no país. As vendas de petróleo da Venezuela para os Estados Unidos em 2017 foram as mais baixas desde 1991, prejudicadas pelas sanções financeiras dos EUA contra o país sul-americano.

Neste ano, a inflação, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) deve chegar a 13.000%. O banco Morgan Stanley prevê uma redução de cerca de 25% na produção de petróleo do país ainda este ano em virtude do sucateamento de ativos e falta de investimento. No ano passado, o PIB venezuelano caiu 13,6%, segundo projeção da consultoria Torino Capital. Apesar do impacto das sanções, que levou ao calote de títulos da dívida do governo chavista e da estatal do petróleo PDVSA, Maduro ampliou o cerco à oposição, banindo a coalizão Mesa da Unidade Democrática das eleições presidenciais, bem como a candidatura de seus principais líderes, além prender opositores e dificultar a inscrição de legendas antichavistas na Justiça eleitoral. Na noite de sábado, Maduro pediu que a Assembleia Nacional Constituinte, que não é reconhecida pela oposição e pela comunidade internacional, marque as eleições o quanto antes. / AFP, REUTERS e EFE

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Governo busca atrair investimentos para novas refinarias no país

Mercado Aberto

“Com o aumento da exploração e produção de óleo, o Brasil precisa vai precisar de refinarias”, diz o **ministro Fernando Coelho Filho (Minas e Energia)**.

“Hoje, o país já tem um déficit no refino de aproximadamente 600 mil barris por dia. Esse número tende a crescer e o desafio do governo brasileiro agora é atrair investimentos para o refino.”

Foi criado em janeiro um grupo de trabalho no CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) para identificar os gargalos na área, e que tem um prazo para apresentar soluções.

“Nossa ideia é estimular a iniciativa nacional e estrangeira a analisar projetos de refino no país”, afirma.

“O grupo [do CNPE] deve levar à reunião de março algumas propostas para dar subsídio ao governo para poder captar esses investimentos.” A Petrobras havia anunciado, na gestão do presidente Sergio Gabrielli, que faria sete refinarias e não fez nenhuma, diz coelho.

“Só fez um pedaço da de Pernambuco. Hoje, exportamos um milhão de barris de óleo cru por dia e importamos 600 mil barris de produtos refinados por dia. Com a produção e a economia em expansão, o país vai precisar de mais combustíveis.”

A atração de empresas para alocar recursos em refino no Brasil se dará sem a Petrobras, que não fará investimentos no setor.

“É um desafio porque há uma sobre oferta de refinarias no mundo. Quem já refina, quer otimizar suas capacidades já instaladas, não quer construir novas refinarias, mas todo país quer ter sua refinaria porque é uma segurança ter o produto refinado.”

Uma refinaria representa um investimento de US\$ 8 bilhões a US\$ 10 bilhões. Empresas chinesas teriam interesse no setor e o governo prospecta outras empresas.

“Os estudos no CNPE mandam um recado de que o governo brasileiro quer priorizar esse tipo de investimento

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Política****Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília****Título: Agenda pós-Previdência de Temer deve manter Maia em evidência**

Com um cenário cada vez mais pessimista sobre a votação da reforma da Previdência e a discussão a cada dia mais centrada em quem será o próximo presidente do país, o presidente Michel Temer tenta se manter relevante com uma extensa lista de projetos e medidas provisórias (MPs) que pretende ver aprovadas no Congresso Nacional. Puxada pela privatização da Eletrobras, a lista inclui o ajuste fiscal de 2018 e uma nova lei de licenciamento.

Quase todas as propostas estão na Câmara dos Deputados, o que deve manter em evidência e com forte influência sobre o governo o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que trabalha para disputar o lugar de Temer em outubro. Maia pode ser o candidato governista, mas, com a péssima avaliação do governo, tende a se descolar de Temer. O próprio presidente alimenta o desejo de concorrer à reeleição se o cenário mudar.

A agenda do presidente é ambiciosa para um ano eleitoral, quando o quórum começa a rarear ao longo do ano e as sessões costumam ser praticamente suspensas por três meses. Há pelo menos 19 iniciativas em tramitação no Legislativo que o Executivo estabeleceu como prioritárias - além de outras 18 MPs com menor relevância e projetos de lei que devem ficar em segundo plano. Essas propostas terão que conciliar com a agenda do próprio Legislativo, que pretende focar em questões de segurança pública e saúde como chamariz para os eleitores este ano.

Maia e o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), já destacaram pelo menos 12 projetos de lei que serão prioridade este ano, como mudanças em planos de saúde e as regulamentações do lobby e de aplicativos de transporte, como o Uber. Também devem surgir iniciativas voltadas para segurança pública. Eunício defendeu discutir a liberação dos jogos de azar para angariar recursos para o setor, enquanto Maia encomendou um pacote de propostas ao ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que devem ser recebidas em março.

É para votar essa agenda que Maia pretende dar por encerrada a reforma da Previdência caso não seja possível aprovar na terceira semana de fevereiro. Se o governo insistir, comprometerá essas e outras votações. A mais importante das reformas está na agenda da Câmara há mais de um ano, mas a cada dia fica mais claro que o governo não terá votos suficientes para aprova-la. A partir de

março, a prioridade zero deve ser a privatização da Eletrobras, alvo de resistência dos parlamentares do Nordeste e de Minas Gerais.

O governo também depende do Congresso para fechar as contas deste ano. Além da privatização da Eletrobras, que deve render R\$ 12,2 bilhões se for aprovada, outra iniciativa que está nas mãos de uma comissão especial da Câmara é a regulamentação sobre quais verbas os servidores públicos podem receber por fora do teto remuneratório do funcionalismo, de R\$ 33,7 mil.

Presidente aposta em extensa agenda legislativa para se manter relevante no fim do mandato

A equipe econômica também contava com uma reversão de parte da política de desoneração da folha de pagamento das empresas, proposta em um projeto de lei em discussão na Câmara, o que teria impacto de até R\$ 8 bilhões no Orçamento de 2018. O Ministério do Planejamento retirou o valor da previsão orçamentária este ano, mas a medida continua em debate. "A orientação do presidente Rodrigo Maia é que o tema não sai de pauta. Continua em discussão, provavelmente pra meados de março", diz o relator do projeto, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

Todos esses projetos ainda terão que ser depois discutidos pelos senadores, se aprovados, para que tenham validade.

O Executivo ainda tem uma agenda secundária, negociada por outros ministérios com os parlamentares, com o objetivo de melhorar questões regulatórias e o ambiente de negócios. O Ministério dos Transportes tenta desde o ano passado acabar com a restrição ao capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras - o projeto recebeu urgência no fim do ano pela Câmara. Além disso, os deputados aprovaram o acordo de céus abertos com os Estados Unidos - o texto será avaliado agora pelo Senado.

O Ministério do Planejamento quer retomar o debate sobre uma nova Lei de Finanças Públicas, projeto aprovado pelo Senado em 2016. O Banco Central articula a votação de três projetos que já passaram pelo crivo dos senadores: a adesão automática dos correntistas ao Cadastro Positivo (para os bons pagadores); autorização para o BC acolher depósitos voluntários à vista ou a prazo das instituições financeiras; e uma mudança na relação com o Tesouro Nacional.

Além da privatização da Eletrobras, o **Ministério de Minas e Energia** também pretende apresentar uma proposta para reformulação do setor elétrico - o projeto de lei deve ser encaminhado esta semana e ser anexado a um outro

projeto em tramitação na Câmara para liberar o mercado livre de energia para todos os consumidores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: Boicote ao petróleo

O secretário de Estado americano, Rex Tillerson, voltou a afirmar ontem que os EUA podem restringir a compra de petróleo bruto da Venezuela e também o retorno do produto refinado ao país. A intenção é pressionar o presidente Nicolas Maduro a "retornar à Constituição", disse em Buenos Aires, após encontro com o chanceler argentino Jorge Faurie (FOTO). Segundo o chefe da diplomacia americana, que realiza uma viagem pela América Latina que incluirá ainda México, Peru, Colômbia e Jamaica, não se pode cruzar o braço enquanto a democracia venezuelana é destruída. As vendas de petróleo da Venezuela aos EUA em 2017 foram as mais baixas desde 1991, afetadas pelas sanções de Washington. Na sexta-feira, Tillerson causou furor ao sugerir que Maduro poderia ser derrubado por seu próprio Exército.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: União deve transferir passivos de distribuidoras para Eletrobras

Com o objetivo de viabilizar a venda de seis distribuidoras de energia da Eletrobras, a União deve votar, na assembleia geral extraordinária (AGE) marcada para esta semana, a favor de que possíveis débitos bilionários das concessionárias sejam assumidos pela holding. Ao mesmo tempo, a decisão pode obrigar a estatal a fazer uma baixa contábil de cerca de R\$ 12,5 bilhões, o que pode colocar em risco sua privatização.

O **Valor** apurou com fontes da equipe do governo que a União, ao mesmo tempo, vai contrariar a recomendação do conselho da Eletrobras e votar para que créditos no valor de R\$ 8,5 bilhões que as distribuidoras têm com fundos setoriais sejam transferidos para a holding no contexto da venda das concessionárias.

O conselho da companhia havia recomendado que esses créditos fossem mantidos nas distribuidoras, pelo risco elevado de que eles se transformem em passivos bilionários. A votação será na assembleia geral extraordinária marcada para 8 de fevereiro.

Enquanto as distribuidoras têm os créditos com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) já lançados em seus balanços, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) entende que elas têm, na verdade, passivos de R\$ 4 bilhões com o fundo setorial.

Como os créditos já estão no balanço das empresas, a decisão da Aneel pode fazer com que a Eletrobras precise fazer uma baixa contábil de mais de R\$ 12 bilhões com a assunção dessas dívidas.

Segundo uma fonte, a decisão da União ainda não está fechada, e deve ser tomada nesta semana, antes da realização da AGE. A tendência é de que os créditos (ou débitos) sejam assumidos pela Eletrobras, pela expectativa de que, futuramente, a companhia possa chegar a um entendimento favorável com a Aneel. "Há expectativa de créditos. Então não é um problema. Se a holding fosse assumir só passivos, mas não, está previsto débito e crédito", disse uma fonte.

Ao levar os créditos (ou débitos) para a holding, a Eletrobras vai aumentar consideravelmente as chances de sucesso da venda das distribuidoras de energia, principalmente a Amazonas Energia e a Ceron (Rondônia), as mais endividadas. Além dessas, também serão vendidas as empresas Boa Vista (Roraima), Eletroacre, Ceal (Alagoas) e Cepisa (Piauí).

O racional por trás disso é que, sem transferir os créditos da CDE para a Eletrobras, as distribuidoras não serão vendidas, pela falta de interessados. Sem a venda das distribuidoras, a privatização da própria companhia ficará em xeque.

A posição do **MME** é que a Medida Provisória (MP) 814 abre espaço para que a Aneel reveja as conclusões da fiscalização dos créditos que as distribuidoras têm junto aos fundos setoriais.

O governo entende que, dificilmente, o impasse será solucionado antes do leilão de venda das distribuidoras, previsto para abril. A expectativa é que, uma vez que os créditos estejam na Eletrobras, a estatal e a União possam chegar a uma solução antes da privatização da companhia, já com a MP aprovada pelo Congresso e convertida em lei.

A MP cria bases legais, por exemplo, para resolver um problema da Ceron (Rondônia), e da Eletroacre. A Ceron tem em seu balanço créditos de R\$ 3,847 bilhões com a CDE, enquanto a Eletroacre tem R\$ 296,1 milhões. A Aneel, por sua vez, estima que a Ceron tem que devolver R\$ 731,5 milhões, e a distribuidora do Acre outros R\$ 276,5 milhões.

O impasse está relacionado à duração dos contratos de geração de energia no sistemas isolados. As duas distribuidoras precisaram bancar a compra de combustível para geração de energia sem subsídios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), pois os contratos das geradoras contratadas venceram e não foram feitas novas licitações a tempo, por problemas diversos. Se não tivessem feito isso, o fornecimento de energia seria comprometido nessas regiões.

De acordo com uma fonte, com essa alteração, o resultado da fiscalização da Ceron, por exemplo, será positivo para a companhia.

Além disso, a MP 814 também postergou o prazo para que a União aporte R\$ 3,5 bilhões nessas distribuidoras para pagamento de despesas com combustível nos sistemas isolados.

A combinação desses fatores deve ajudar a minimizar o problema da fiscalização dos créditos, garantindo que as distribuidoras recebam ao menos parte deles. Como a Eletrobras vai assumir as obrigações, o efeito nas contas da companhia seria positivo, ajudando a atenuar outros R\$ 11,2 bilhões em dívidas das distribuidoras que serão assumidos pela holding de qualquer maneira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Mudança nas regras pode afastar ISA Cteep de novos investimentos

A transmissora ISA Cteep, que se comprometeu com investimentos de cerca de R\$ 4 bilhões no país entre 2016 e 2017, avalia colocar novamente o pé no freio no Brasil, por discordar de uma posição do governo quanto ao pagamento das indenizações por ativos antigos de transmissão.

Em entrevista ao **Valor**, o presidente da estatal colombiana ISA, controladora da ISA Cteep, Bernardo Vargas Gibsone, disse que a incerteza regulatória e jurídica pode afastar novas participações da transmissora em leilões e também de novas aquisições. A companhia tinha ficado cinco anos sem investir no país. Porém, em abril de 2016, foram definidas as regras de pagamento das indenizações relativas a ativos de transmissão, o que pareceu encerrar uma disputa entre transmissoras e o governo que se arrastava desde 2012, quando foi publicada a Medida Provisória (MP) 579. Em 2016, a União acordou que empresas afetadas - entre elas a Cteep - receberiam os mais de R\$ 60 bilhões de indenizações em oito anos via tarifa, a partir de 2017.

Entidades representantes de consumidores de energia entraram na Justiça para não pagar o total via tarifa, e o governo decidiu mudar as regras estabelecidas há dois anos. Por meio do projeto de lei (PL) da privatização da Eletrobras, estabelece que as indenizações serão pagas em 30 anos, com atualização pelo custo médio ponderado de capital (Wacc, na sigla em inglês), e não mais pelo custo de capital (Ke). A alteração se refere apenas à Eletrobras, mas outras transmissoras podem aderir às mudanças caso queiram. Segundo Gibsone, a ISA Cteep não concorda com a mudança.

"São 30 anos no lugar de oito. Como eu vou explicar para os credores que o que eu antes seria pago em oito anos será pago em 30?", questionou Gibsone. Pelas regras atuais, a empresa tem direito a receber R\$ 8,8 bilhões, que já foram contabilizados no balanço de 2016.

Segundo o executivo, foi a portaria publicada em abril de 2016 que deu segurança para que a ISA Cteep voltasse a investir no Brasil. "Agora querem mudar as condições, o que não é possível. É uma mudança terrível para a estabilidade jurídica", disse. E ressaltou que a companhia tem feito investimentos no país com base na projeção de recebimento das indenizações.

Essas indenizações se referem aos ativos de transmissão anteriores a maio de 2000 que tiveram as concessões renovadas nos termos da MP 579, do governo de Dilma Rousseff, com forte queda na receita. Segundo Reynaldo Passanezi, presidente da companhia, a extensão do prazo "não interessa" a companhia, que não pretende aderir à mudança nas regras.

Quanto às liminares dos consumidores questionando o pagamento das indenizações, Passanezi se disse confiante de que as decisões de mérito serão favoráveis às transmissoras. Atualmente, a ISA Cteep não tem recebido 14% do total devido por causa das liminares, o que reduz a entrada em caixa em pouco mais de R\$ 200 milhões anuais.

De acordo com Gibsone, havendo segurança jurídica e regulatória, o grupo tem disposição para fazer mais investimentos. Desde 2016, a ISA Cteep tem tido participações importantes em leilões, e a ISA comprou uma fatia importante da Taesa, compartilhando o controle com a Cemig.

"O grupo está interessado não só em energia, mas também outros setores, como rodovias e telecomunicações", disse Gibsone. "Há muitas alternativas, ativos à venda. Mas, para nós, é preciso antes ter certeza de que as regras do jogo vão ser as mesmas", completou.

Diferentemente do setor de transmissão, no qual a ISA tem expertise na construção e operação de ativos, na área de rodovias o interesse é na aquisição de ativos prontos - para operá-los.

Em relação à Taesa, Gibsone admitiu que, caso a Cemig decida vender o controle da companhia, seria "natural" que a ISA tivesse interesse, mas ressaltou que não há nada em negociação. "Nossa relação com eles é de uma parceria com grande respeito. Apesar da Cemig ter participação maior, nós participamos de todas as decisões, e temos também diálogo aberto com o governo de Minas Gerais", afirmou.

Gibsone costuma vir ao Brasil a cada 45 dias. Nessa ocasiões, dedica três dias para reuniões e visitas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Incerteza jurídica é maior risco que eleição

O contexto das eleições no Brasil este ano gera incertezas, mas o maior risco para a economia do país - e que preocupa investidores estrangeiros de longo prazo - não se refere à isso. É a instabilidade regulatória e jurídica, diz Bernardo Vargas Gibsone, presidente da estatal colombiana ISA, que controla, no país, a ISA Cteep, além de ter participação importante na Taesa.

"Nos preocupa muito mais a incerteza jurídica e regulatória. Se o candidato não for próximo do mercado, ficará difícil, como é na Venezuela. Mas aqui os candidatos são todos mais próximos dos empresários", disse Gibsone. Para ele, essa visão vale inclusive para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, se não se tornar inelegível, deve ser o candidato do PT. "O Lula é pragmático, e não vai querer que as empresas estrangeiras vão embora do país", disse Gibsone,

Para o executivo, processos eleitorais não deveriam afetar planos de longo prazo da economia. "Se for assim, todos os países teriam a economia afetada em ano eleitoral, o que não acontece", observa, completando que não seria correto que essas mudanças políticas afetassem as estratégias do grupo no longo prazo. Mudanças jurídicas e regulatórias, ressalta, preocupam mais.. "É impossível tomar decisões estratégicas se as regras definidas mudarem no futuro", diz.

No lado positivo, ele destacou a importância da reforma trabalhista e também da necessidade de que a reforma da Previdência seja aprovada. "Esperamos que o governo tenha êxito nisso", disse.

A Operação Lava-Jato também é vista pelo executivo como um marco positivo no país. "Ela passa uma mensagem de independência do judiciário muito importante e positiva", afirmou, citando a condenação de vários empresários pelo juiz Sergio Moro.

Gibsone elogiou também o trabalho do **ministro Fernando Coelho Filho à frente do Ministério de Minas e Energia**. "Não dá para negar que tivemos uma mudança grande de rota", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Produção da Shell

A Shell vê potencial para ampliar a sua produção de óleo e gás no Brasil em cerca de 100 mil barris diários de óleo equivalente (BOE/dia), com a entrada de três novas plataformas no pré-sal da bacia de Santos a partir de 2018. O volume representa aumento de 28,5% frente à produção da empresa no quarto trimestre de 2017, que totalizou, na média, 350 mil BOE/dia. O aumento será puxado pelas unidades P-67, P-68 e P-69, previstas para entrarem em operação neste ano, e que representarão, para a Shell, 100 mil BOE/dia, no pico. O presidente global da Shell, Ben van Beurden, disse ainda que as plataformas de Lula Sul e do teste de longa duração de Mero, que entraram em operação no quarto trimestre, devem continuar a aumentar gradativamente suas produções ao longo de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Total Lubrificantes passa a disputar o mercado marítimo

A possibilidade de atender clientes globais de navegação e o desejo de expansão em um mercado dominado pelas distribuidoras de combustível locais - BR, Ipiranga e Shell - levou a Total Lubrificantes a avançar para o mercado marítimo no Brasil, e já projeta que quase 10% do seu volume este ano deve vir do setor.

Há pouco mais de dois anos no comando da Total Lubrificantes do Brasil, Olivier Bellion destacou o bom desempenho da empresa no ano passado, quando as

vendas em volume subiram 7%, para cerca de 20,2 mil toneladas, enquanto o mercado brasileiro de lubrificantes recuou 3%.

A operação com a "Lubmarine", linha voltada ao segmento marítimo, prevê três frentes: atendimento de clientes internacionais da companhia francesa que param nos portos brasileiros, fornecimento do produto para embarcações que circulam na costa brasileira e venda a usinas hidrelétricas, que utilizam motores semelhantes ao dos navios de grande porte.

No caso dos clientes internacionais, o braço brasileiro da companhia terá uma função mais logística. "São acordos em nível mundial, pois se a empresa tem um cliente em Xangai ou Nova York, ele vai precisar de lubrificante em todo o mundo", destacou Bellion em entrevista ao **Valor**. O executivo estima que esse mercado seja de 17 mil toneladas no país, com a Total almejando em um primeiro momento cerca de mil toneladas.

No caso dos negócios realizados diretamente com a sede brasileira, Bellion aponta os navios de cruzeiros, embarcações de cabotagem (navegação entre portos do mesmo país), pesca e de serviços para plataformas de petróleo como potenciais clientes. Nesse caso, a companhia também almeja uma fatia de mil toneladas, o que corresponde a 10% do total. Em energia, a companhia já fechou um contrato importante com uma termelétrica.

Para 2018, somando os três setores, a projeção é que sejam comercializadas 2 mil toneladas de lubrificantes marítimos pela Total.

"Desenvolvemos uma logística eficiente, segura, para garantir a entrega em 30 portos do Brasil", afirmou Bellion. Para o início do negócio, a companhia já tem quatro meses de estoque.

Cerca de 95% dos lubrificantes marítimos comercializados pela Total no Brasil serão produzidos na unidade de Pindamonhangaba (SP). O restante será importado.

Para além do segmento marítimo, a Total também fornece para o varejo e a indústria, não apenas a automotiva como a de máquinas e equipamentos. A empresa francesa, inclusive, tem contratos com montadoras de seu país de origem, no caso Renault e Peugeot, além da coreana Kia, que representam 30% de todo o negócio atualmente.

Somando varejo e indústria, a expectativa de crescimento em volume é de, no mínimo, 10%. Com as 2 mil toneladas do segmento marinho, a Total quer fechar o ano com ao menos 24 mil toneladas de lubrificante comercializadas, o que representaria um avanço de 20% em relação ao ano passado.

"Em 2016 e 2017, nossa estratégia principal foi desenvolver duas redes de distribuição, uma de varejo automotivo e outra para indústria", disse. "Essa rede de distribuição ainda está muito jovem, mas podemos ver nos últimos meses do ano passado que nosso crescimento acelerou."

Com a rede para o varejo quase completa - o número de distribuidores foi de dez para 35 -, a fabricante quer agora ganhar mais notoriedade, investindo em marketing e treinamento, reforçando a presença nos pontos de venda conquistados. Um dos caminhos adotados deve ser a ampliação da Rapid Oil Change (ROC), serviço de troca de óleo que leva a marca da companhia.

Para a indústria, os esforços devem aumentar este ano, com o reforço da presença entre pequenas e médias empresas além dos chamados setores-chave, como produção de aço, cimento e alumínio.

"A Total não tem a posição que deveria ter no Brasil. Mas é bem mais complicado crescer na parte de indústria, há um tipo de inércia. Nos dois últimos anos investimos muito na parte automotiva, mas esse é o ano da indústria", reforçou o executivo.

MME / ASCOM .